

5º PLANO DE AÇÃO NACIONAL
PARCERIA PARA GOVERNO ABERTO - OGP
Open Government Partnership

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO FINAL



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

**Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 02, Lotes 530 a 560, Edifício Soheste,
70610-420- Brasília/DF**

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União

VÂNIA LÚCIA RIBEIRO VIEIRA

Secretária-Executiva

RONALD DA SILVA BALBE

Secretário Federal de Controle Interno

IZABELA MOREIRA CORRÊA

Secretaria de Integridade Pública

RICARDO WAGNER DE ARAÚJO

Corregedor-Geral da União

ARIANA FRANCES CARVALHO DE SOUZA

Ouvidora-Geral da União

MARCELO PONTES VIANNA

Secretaria de Integridade Privada

ANA TÚLIA DE MACEDO

Secretaria Nacional de Acesso à Informação



Sumário

I – Introdução e Histórico	4
II – O Processo de Elaboração e Implementação do 5º Plano de Ação Nacional	7
2.1 Definição dos Temas.....	7
2.1.1 Temas priorizados pelo Governo	7
2.1.2 Temas priorizados por outros Poderes	8
2.1.3 Temas priorizados pela sociedade civil	8
a) Fase 1 – Consulta Pública – Temas priorizados pela Sociedade Civil	8
b) Fase 2 – Consulta Pública para priorização de temas	9
2.2 Oficinas de Cocriação.....	12
2.3 Aprovação do Plano	16
Monitoramento do Plano	17
III – Informações Consolidadas sobre os Compromissos	17
Desempenho Geral do 5º Plano de Ação Nacional.....	17
Compromisso 1 – Meio Ambiente, Floresta e Dados Abertos.....	18
Compromisso 2 – Combate à Corrupção no Setor Público.....	22
Compromisso 3 – Maus-Tratos a Animais e Governo Aberto.....	24
Compromisso 4 – Direitos Humanos e Dados Abertos.....	27
Compromisso 5 – Cadeias Agropecuárias e Dados Abertos	29
Compromisso 6 – Transparência de Imóveis Públicos Federais	32
Compromisso 7 – Ciência de Dados para Vigilância Sanitária	34
Compromisso 8 – Transparência em Ciência.....	36
Compromisso 9 – Controle Social da Dívida Ativa	39
Compromisso 10 – Governo Aberto no Licenciamento Ambiental Federal	41
Compromisso 11 – Participação Social para Melhoria dos Dados Eleitorais Abertos.....	43
Compromisso 12 – Acessibilidade para Participação no Legislativo.....	45
IV – Conclusão e Próximos Passos	48
V – Anexos	51



I – Introdução e Histórico

Este Relatório de Autoavaliação evidencia o constante comprometimento do Brasil em difundir e realizar boas práticas e políticas baseadas nos pilares de governo aberto de: transparência, participação social, *accountability* e inovação tecnológica, no âmbito da Parceria para Governo Aberto ([Open Government Partnership – OGP](#)).

A OGP foi criada, em setembro de 2011, e conta, atualmente, com a adesão de mais de 76 países-membros e de 106 governos subnacionais. O Brasil, que é um dos cofundadores, está concluindo seu 5º Plano de Ação Nacional. Os Planos de Ação Nacionais são pactuações de compromissos feitos entre o governo e entidades da sociedade civil para difundir e implementar, conjuntamente, ações e políticas de governo aberto em um prazo estipulado e de acordo com o calendário da Parceria¹.

Nos últimos anos, o Brasil implementou 123 compromissos, ao longo dos cinco Planos de Ação. Fizeram parte desse trabalho mais de 839 atores da sociedade e do governo, representando mais de 130 organizações da sociedade civil e 86 organizações públicas. Também participaram órgãos do Legislativo e Judiciário, pesquisadores, agentes públicos estaduais e municipais, cidadãos e setores da iniciativa privada. É certamente uma iniciativa de grande relevância e que, a cada Plano, acrescenta um passo na direção para uma nova cultura da administração pública, que se relaciona de forma mais aberta com os cidadãos e com as entidades da sociedade civil.

Este documento trata especificamente do 5º Plano de Ação Nacional com a apresentação do processo elaboração e de implementação dos seus 12 compromissos.

O 5º Plano seguiu a mesma metodologia do 4º e do 3º Planos, que foi replicada e elogiada internacionalmente. Assim como nas outras edições, seu processo de construção e de execução dos compromissos foi norteado por um trabalho colaborativo entre governo e sociedade, com vistas a garantir e fortalecer o exercício da cidadania ativa. Como aprimoramento aos Planos anteriores, a metodologia do 5º Plano ampliou ainda mais a participação da sociedade, com o acréscimo de consultas públicas e com a implementação de todo o processo no modelo virtual.

¹ Para compreender os prazos e fases dos Plano de Ação, acesse o manual da OGP: <https://www.opengovpartnership.org/documents/ogp-national-handbook-rules-and-guidance-for-participants-2022/>



A definição dos compromissos foi feita por meio de oficinas de cocriação, realizadas em 72 encontros virtuais, com o envolvimento de 141 pessoas, representantes de 79 instituições, sendo 41 organizações da sociedade civil e 38 órgãos e entidades da Administração Pública. A metodologia adaptada para o formato online possibilitou a presença dos especialistas do governo e da sociedade e permitiu a troca de experiências, o debate sobre questões relevantes e o amadurecimento de decisões com a finalidade de atingir os objetivos do grupo. Buscou-se, essencialmente, conciliar o olhar dos representantes da sociedade e o olhar técnico e legal dos atores que convivem com a realidade da máquina estatal para criar os compromissos do 5º Plano de Ação do Brasil.

Após aproximadamente um ano de execução, avalia-se que houve diversos resultados positivos que merecem ser destacados, principalmente quando considerados os vários obstáculos ao longo do período de vigência.

O desempenho geral dos 12 compromissos do 5º Plano de Ação foi de 72%. Vale mencionar que 2 compromissos alcançaram a finalização completa de suas ações pactuadas, sendo que outros 6 obtiveram execução acima de 70%. Outros 4 compromissos ficaram abaixo deste percentual. Estes números representam inúmeras ações de melhoria, criação e implementação de sistemas, aplicativo e painel; de elaboração e difusão de materiais de capacitação, de comunicação e de cursos; de criação de instâncias de participação e de repositórios; e de abertura e integração de bases de dados priorizadas pela sociedade. Algumas dessas ações estão em processo de implementação com previsão de continuidade para além do prazo do plano, que finaliza no primeiro semestre de 2023.

As conquistas deste trabalho devem ser ainda mais salientadas quando considerado o cenário desafiador em meio ao qual o processo de elaboração e implementação do 5º Plano de Ação foi estabelecido. A elaboração do Plano foi permeada pelas dificuldades advindas dos reflexos, tanto na administração pública, quanto nas estruturas das entidades da sociedade civil, da pandemia da Covid-19. Soma-se a este fato, os percalços e as limitações impostos pelo período eleitoral, para a execução de diversas ações dos compromissos. Vale mencionar, ainda, que, por orientação da OGP, o 5º Plano de Ação Nacional foi, excepcionalmente, executado no



período reduzido de aproximadamente um ano, para evitar discontinuidades nas execuções devido a uma eventual transição governamental após a eleição. Certamente, o tempo hábil disponível para executar as ações resultou em ações de impacto menos ambiciosos.

Mesmo diante de tais dificuldades, são inquestionáveis os ganhos obtidos com o trabalho realizado no último ano. Isso se deve ao comprometimento de cada órgão governamental e entidade da sociedade civil que serão mais bem retratados nos próximos capítulos deste relatório.

Os capítulos a seguir apresentam os procedimentos de elaboração e monitoramento do 5º Plano de Ação Nacional e trazem informações atualizadas em relação ao avanço de cada compromisso, detalhando os resultados do trabalho realizado por organizações da sociedade civil e órgãos do governo no ano de 2022. A apresentação deste material tem o objetivo de facilitar a divulgação, o acompanhamento e as prestações de contas do Plano, bem como trazer incentivo e boas práticas de iniciativas de governo aberto que podem ser implementadas.

Mais informações sobre os Planos de Ação brasileiros e outras iniciativas relacionadas a governo aberto estão disponíveis no endereço: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto>.



II – O Processo de Elaboração e Implementação do 5º Plano de Ação Nacional

Os processos de construção dos planos de ação brasileiros vêm sendo incrementados, ao longo do tempo, com vistas a atender não somente às demandas da sociedade civil e dos órgãos governamentais parceiros, mas também às recomendações da Parceria para Governo Aberto (*Open Government Partnership – OGP*) e do Mecanismo de Avaliação Independente – IRM. Nesse sentido, em 2016, o Brasil modificou a metodologia para elaboração e implementação do 3º Plano de Ação Nacional. A metodologia trouxe uma mudança significativa em relação aos planos anteriores, aprimorando o processo de colaboração entre governo e sociedade, resultando na construção conjunta de compromissos mais dinâmicos e objetivos.

Os resultados positivos da metodologia, reconhecidos internacionalmente, conduziram a sua replicação para a formulação do 4º e do 5º Planos brasileiros, com alguns aperfeiçoamentos e adaptações. Para a elaboração do 5º Plano de Ação Nacional, a metodologia foi adaptada ao formato virtual e contou com melhorias que buscaram ampliar o alcance e a diversidade do processo participativo.

Nesse sentido, o processo de elaboração do 5º Plano de Ação Nacional, conforme [metodologia](#) definida pelo [Comitê Interministerial Governo Aberto \(CIGA\)](#) e pelo [Grupo de Trabalho da Sociedade Civil](#) para Assessoramento em Governo Aberto, foi construído em três fases:

- Definição de Temas;
- Oficinas de Cocriação; e
- Aprovação do Plano.

2.1 Definição dos Temas

Nessa fase, foi realizada a seleção dos temas que seriam desenvolvidos por meio de políticas de Governo Aberto, os quais foram divididos em três categorias:

2.1.1 Temas priorizados pelo Governo - os cinco temas priorizados foram selecionados entre aqueles considerados estratégicos para o Governo



Federal, conforme demonstração de interesse e disponibilidade dos órgãos. A definição considerou: a diversidade de temas; o nível do engajamento; o impacto potencial; e a maturidade das propostas em relação às diretrizes e princípios de Governo Aberto.

2.1.2 Temas priorizados por outros Poderes - foram incluídos no Plano dois temas de interesse dos poderes Legislativo e Judiciário. Para tanto, a CGU articulou-se com órgãos desses poderes a fim de estimular sua participação no Plano Brasileiro de Governo Aberto.

2.1.3 Temas priorizados pela sociedade civil - Os cinco temas priorizados pela sociedade foram selecionados por meio de consulta pública dividida em duas etapas. No primeiro momento, foi aberto espaço para que a sociedade indicasse qualquer tema que considerasse importante de ser tratado por meio de políticas de Governo Aberto. As sugestões foram compiladas em linhas temáticas, por área de atuação, definidas conjuntamente entre o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil (GT) e a Controladoria-Geral da União (CGU), como órgão coordenador do Comitê Interministerial de Governo Aberto (CIGA). No segundo momento, foi aberta votação para priorização dos temas, dentre aqueles compilados. Foram selecionados os cinco temas mais votados, limitando-se a dois temas por área de atuação (tais como saúde, educação, meio ambiente etc.). Essa limitação visou atender ao anseio da população e, ainda assim, garantir a diversidade de áreas trabalhadas no Plano de Ação. Segue o detalhamento da priorização dos temas da sociedade:

a) Fase 1 – Consulta Pública – Temas priorizados pela Sociedade Civil

A consulta pública para selecionar os temas da sociedade civil na construção do 5º Plano de Ação do Brasil na OGP ocorreu entre os dias 07 de janeiro de 2021 e 05 de fevereiro de 2021, por meio da plataforma Participa+ Brasil (<https://www.gov.br/participamaisbrasil/pagina-inicial>).



A consulta teve o objetivo de identificar temas que a sociedade gostaria de ver aprofundados e discutidos nas oficinas de cocriação, com a finalidade de construir, em conjunto, compromissos internacionais no âmbito da OGP. No total, foram apresentadas 64 contribuições. Para acessar a lista completa das propostas apresentadas pela sociedade, acesse: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2021/2/esta-aberta-consulta-para-priorizacao-de-temas-do-5o-plano-de-acao-nacional-de-governo-aberto>.

b) Fase 2 – Consulta Pública para priorização de temas

A partir de contribuições da sociedade, foi identificada a aderência das propostas aos aspectos de governo aberto. Feito esse exercício de classificação, foi realizada uma compilação em grandes grupos temáticos. Esse trabalho de subdivisão objetivou uma melhor sistematização do processo de proposição dos temas.

Importante destacar que, mesmo nos casos em que a proposta apresentada tinha pouca relação com Governo Aberto, a manifestação do cidadão foi considerada, sendo incorporada em grupos com abordagens próximas. Assim, as 64 propostas de temas apresentadas pela sociedade foram agrupadas em **34** grupos temáticos específicos. A sistematização foi realizada pela CGU em parceria com o GT da Sociedade Civil.

A segunda fase da consulta pública foi realizada entre os dias 12 de fevereiro de 2021 e 04 de março de 2021, por meio do site <https://www.gov.br/participamaisbrasil/pagina-inicial>. O objetivo dessa fase foi definir, por meio de votação aberta, os 5 temas que seriam priorizados pela sociedade para inclusão no 5º Plano de Ação. Assim, tomando-se por base a compilação dos temas sugeridos na primeira etapa, foi disponibilizado espaço para votação em, no máximo, 5 dos 34 grupos temáticos definidos. No total, foram contabilizados 1.783 votos, conforme tabela a seguir:



GRUPO TEMÁTICO	NÚMERO DE VOTOS RECEBIDOS
1. Cadeias Agropecuárias e Dados Abertos	274
2. Meio Ambiente, Florestas e Dados Abertos	163
3. Combate à Corrupção no Setor Público	109
4. Maus Tratos de Animais e Governo Aberto	106
5. Direitos Humanos e Dados Abertos	83
6. Gestão de Dados Abertos	80
7. Gênero e Governo Aberto	80
8. Raça e Governo Aberto	75
9. Diretrizes e Fomento à Produção de Ciência Aberta	62
10. Participação e Prestação de Contas das Políticas Ambientais	60
11. Agricultura Familiar	55
12. Lei de Acesso à Informação	49
13. Povos e Comunidades Tradicionais e Governo Aberto	50
14. Saúde e Governo Aberto	50
15. Transparência de Compras Públicas	47
16. Monitoramento e Incentivo a Dados Abertos em Municípios	47
17. Transparência e Participação na Publicação Científica	47
18. Segurança Pública e Dados Abertos	38
19. Código Aberto	35
20. Governo Digital	34
21. Controle Social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS)	31
22. Transparência Financeira	29



23. Educação Aberta	29
24. Avaliação da Qualidade da Educação	22
25. Educação Integral	21
26. Recursos Hídricos e Transparência	18
27. Participação Social e Terceiro Setor	16
28. Transparência e Fomento ao Desenvolvimento Urbano	15
29. Diário Oficial Aberto	14
30. Empreendedorismo	13
31. Participação Aberta	12
32. Empregabilidade	9
33. Compliance em Entes Subnacionais	7
34. Transparência no Inmetro	3
TOTAL	1783

Assim, os 5 temas priorizados pela sociedade civil foram:

- Cadeias Agropecuárias e Dados Abertos
- Meio Ambiente, Florestas e Dados Abertos
- Combate à Corrupção no Setor Público
- Maus Tratos de Animais e Governo Aberto e
- Direitos Humanos e Dados Abertos

Para mais informações sobre o resultado da votação dos temas priorizados pela sociedade, acesse: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2021/3/confira-os-5-temas-priorizados-pela-sociedade-para-compor-o-5o-plano-de-acao-do-brasil-na-ogp>.



2.2 Oficinas de Cocriação

As oficinas de cocriação são reuniões que materializam o trabalho colaborativo entre governo e sociedade e permitem um amplo debate entre especialistas em cada um dos temas priorizados. A metodologia para realização das oficinas foi adaptada para o formato integralmente online, de forma a garantir os debates entre os especialistas. A CGU e o GT da Sociedade Civil, como coordenadoras das oficinas, esforçaram-se para que a participação de especialistas do governo e da sociedade civil fosse o mais paritária possível.

Cada tema escolhido na etapa anterior foi desenvolvido em duas etapas de oficinas de cocriação:

- **Primeira etapa das oficinas de cocriação** – para cada tema, foram realizados três encontros virtuais. Nessa etapa, os especialistas fizeram um amplo debate sobre o cenário atual e cenário desejado relativo ao tema. A partir daí, e considerando as contribuições da sociedade, o **desafio** a ser enfrentado por meio de políticas de Governo Aberto foi definido.
- **Segunda etapa das oficinas de cocriação** – também, para cada tema, foram realizados três encontros virtuais. Nessa etapa, os especialistas definiram o **compromisso** para enfrentar o desafio priorizado na etapa anterior, com definição de estratégias, responsáveis, atividades e prazos para sua concretização. A definição do compromisso foi realizada levando-se em consideração: a competência legal, operacional e orçamentária dos atores participantes da oficina; o prazo para execução do compromisso; as considerações da sociedade; e o impacto potencial da execução do compromisso.

É importante mencionar que, a fim de ampliar a participação da sociedade, neste Plano, foram realizadas consultas públicas antes de cada uma das duas etapas das oficinas de cocriação. O intuito foi proporcionar espaço para o recebimento de contribuições que serviram de subsídio para que os especialistas trabalhassem nas oficinas de cocriação com vistas a qualificar os debates e possibilitar a construção de compromissos



relevantes para a sociedade. As informações sobre as consultas públicas foram disponibilizadas no site de governo aberto:

- **Consulta Pública para primeira etapa – Desafio:** <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2021/8/ajude-especialistas-a-definir-os-desafiosdo-5o-plano-de-acao-degovernoaberto>
- **Consulta Pública para segunda etapa – Compromisso:** <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/noticias/2021/9/contribua-com-a-definicao-dos-compromissos-do-5o-plano-de-acao-de-governo-aberto>

As duas etapas das oficinas de cocriação para elaboração do 5º Plano de Ação Nacional foram realizadas em 72 encontros virtuais com a participação de 141 pessoas, destas, 43% eram mulheres. Estavam envolvidos no processo representantes de 79 instituições, sendo 41 organizações da sociedade civil e 38 órgãos e entidades da Administração Pública.

Como resultado, foram pactuados 12 compromissos do Brasil junto à OGP para serem executados até dezembro de 2022. Os participantes das oficinas estabeleceram o plano de trabalho para a execução de cada compromisso com a previsão de: i) ações essenciais para a implementação do compromisso, denominadas “marcos”, ii) seus respectivos prazos e iii) os responsáveis específicos por sua implementação (do governo e/ou da sociedade civil). Vale mencionar que a participação de cada órgão/entidade é voluntária e busca reforçar a diretriz essencial de Governo Aberto, que prevê o trabalho colaborativo entre governo e sociedade.

O quadro abaixo apresenta os temas das oficinas e os respectivos compromissos que compõem o 5º Plano de Ação Nacional:

Categoria	Tema	Compromisso
	Meio Ambiente, Floresta e Dados Abertos	Melhorar a qualidade e disponibilização das bases de dados ambientais, buscando maior padronização, unificação e integração de informações de diferentes entes e órgãos.



Temas priorizados pela sociedade civil	Combate à Corrupção no Setor Público	Criar laboratório, com participação de governo e sociedade, para produzir entendimentos, construir referências e trocar experiências sobre leis, práticas, processos, métodos, dados e outros recursos importantes para as atividades de combate à corrupção.
	Maus-Tratos de Animais e Governo Aberto	Implementar iniciativas colaborativas, entre governo e sociedade, que melhorem o entendimento e a atuação dos órgãos governamentais acerca das ações de prevenção e combate aos crimes de maus-tratos contra animais, por meio da construção de espaços de diálogo, da mobilização social e da produção de materiais e padronização de protocolos.
	Direitos Humanos e Dados Abertos	Criar Sistema informatizado integrado nacional, voltado para a formação de um banco de dados sobre violações de direitos humanos que permita a integração com outros sistemas dos entes subnacionais, com catalogação e taxonomia padronizada, em maior nível de desagregação possível, cujos dados possam ser disponibilizados para a sociedade em formato aberto.
	Cadeias Agropecuárias e Dados Abertos	Promover a abertura e integração de bases de dados das cadeias agropecuárias com aderência aos interesses da sociedade.
	Transparência de Imóveis Públicos Federais	Disponibilizar online novas informações referentes aos imóveis públicos federais, qualificar as já existentes - incluindo a situação da sua destinação - e oferecer dados em formatos úteis para o reuso pela sociedade.



Temas priorizados pelo Governo	Ciência de Dados para Vigilância Sanitária	Implementar padrões e diretrizes que visem à convergência entre sistemas operantes e dados produzidos pelos diferentes entes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária para viabilizar a interoperabilidade e a usabilidade, com vistas a melhorar a comunicação com o cidadão
	Transparência em Ciência: novos mecanismos de avaliação para o avanço da Ciência Aberta	Construir uma proposta de modelo de avaliação que fomente a Ciência Aberta.
	Controle Social da Dívida Ativa	Implementar ações instrucionais, com linguagem simples, que vise melhorar a comunicação e a utilização dos dados da dívida ativa pela imprensa e organizações de controle social, incrementar a cidadania fiscal e mudar a cultura de tolerância à sonegação fiscal.
	Governo Aberto no Licenciamento Ambiental Federal - LAF	Lançar um painel, construído e constantemente aprimorado a partir do diálogo com os usuários, que centralize as informações e dados atualizados dos diferentes sistemas relativos ao Licenciamento Ambiental Federal, organizadas de forma intuitiva, com visualizações claras, possibilidade de extração automatizada de dados em formato aberto e espaços de diálogo com os usuários, órgãos de controle e outros entes federativos, de forma a ampliar o acesso e uso efetivo das informações pela sociedade.



Temas priorizados por outros Poderes	Participação social para melhoria dos dados eleitorais abertos	Estabelecer mecanismos de governança colaborativa dos dados abertos eleitorais que visem o aprimoramento da qualidade dos dados e da avaliação de resultados, com a ampliação da participação da sociedade em todas as etapas.
	Acessibilidade para Participação no Legislativo	Implementar ações de acessibilidade em três eixos: capacitação, comunicação e recursos tecnológicos, a fim de aprimorar a acessibilidade de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida ao Legislativo, com foco na capacitação de atores e adequação de processos e procedimentos que permitam a ampliação da transparência, da participação social e da incidência política em reuniões, sessões, audiências, seminários, conferências, videoconferências, workshops, cursos, palestras e discursos.

Para garantir o máximo de transparência e permitir o acompanhamento dos debates, a memória de cada oficina foi disponibilizada ao público após a realização das reuniões.

Tais informações podem ser acessadas em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro/oficinas-de-cocriacao>.

As informações sistematizadas de cada compromisso são apresentadas no capítulo 4 deste relatório.

2.3 Aprovação do Plano

Para validar o trabalho colaborativo das oficinas, todos os compromissos firmados são submetidos à avaliação do GT e do CIGA. A versão final do Plano de Ação é encaminhada, ainda, a todos os órgãos de governo para conhecimento e manifestação.



Monitoramento do Plano

Após o processo de elaboração do plano, foi realizado o trabalho de acompanhamento e avaliação dos compromissos brasileiros do 5º Plano de Ação, que teve como base o processo de monitoramento estabelecido no 4º Plano de Ação. Nesse sentido, todo monitoramento foi feito em conjunto pelo governo, representado pelo CIGA, e pela sociedade civil, representada pelo GT da Sociedade Civil.

O monitoramento dos Planos de Ação Nacionais tem o propósito de subsidiar os atores envolvidos na execução dos compromissos com informações atualizadas, simples e objetivas, a fim de que correções e eventuais ajustes possam ser realizados de forma tempestiva. Neste sentido, o processo estabeleceu um ciclo de reuniões periódicas para alinhamento de informações, bem como a elaboração bimestral de Relatórios de Status de Execução (RSE). Este fluxo de informações permitiu avaliar e dimensionar a evolução de cada compromisso de maneira contínua.

Vale mencionar que coube à CGU prestar apoio logístico para garantir que as ações de monitoramento ocorressem dentro dos prazos previstos. A CGU foi responsável também por dar transparência às discussões e aos resultados referentes à execução dos compromissos.

Ao longo do período de execução do 5º Plano de Ação, as informações de execução dos compromissos foram constantemente atualizadas e disponibilizadas no site de governo aberto: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto>.

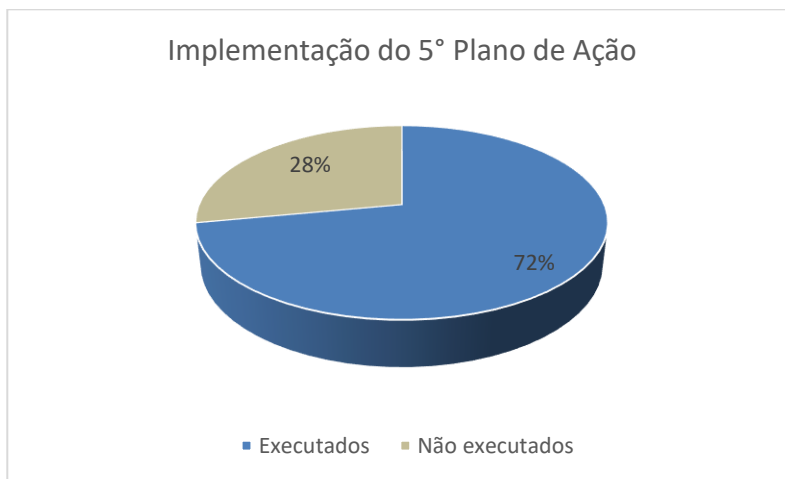
III – Informações Consolidadas sobre os Compromissos

Desempenho Geral do 5º Plano de Ação Nacional

Com base nos relatórios de execução apresentados pelos coordenadores de compromisso e nas reuniões de execução e monitoramento relativas à implementação do 5º Plano de Ação Nacional, apresentam-se abaixo os principais avanços alcançados e os desafios enfrentados por cada compromisso. Também serão apresentados os produtos dos marcos e as evidências que comprovam sua execução.



Os valores representados nos gráficos a seguir foram calculados por meio dos percentuais de execução de cada marco, os quais foram indicados pelos coordenadores nos Relatórios de Status de Execução (RSE), entregues até janeiro de 2023. Destaca-se que não houve atribuição de peso diferenciado aos marcos, ainda que, eventualmente, as atividades descritas tenham complexidade diferente. O resultado de execução do 5º Plano de Ação foi de 72%.



Informações adicionais sobre a execução do 5º Plano de Ação podem ser encontradas no endereço: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/a-ogp/planos-de-acao/5o-plano-de-acao-brasileiro>

Compromisso 1 – Meio Ambiente, Floresta e Dados Abertos

O Compromisso 1 teve como objetivo melhorar a qualidade e disponibilização das bases de dados ambientais, buscando maior padronização, unificação e integração de informações de diferentes entes e órgãos. O intuito era o de promover uma melhoria na transparência e no uso dos dados ambientais por interessados, uma vez que os dados disponíveis publicamente apresentavam algum conflito na informação ou estavam incompletos.

Na fase de elaboração do Plano, definiu-se que o compromisso seria alcançado com o cumprimento destes seis marcos: 1) Definição e priorização das bases que serão trabalhadas no compromisso para integração e melhoria da qualidade; 2) Avaliação



sobre a qualidade da estrutura dos dados nas bases abertas definidas no Marco 1; 3) Avaliação das recomendações; 4) Construção, com envolvimento da sociedade, de um plano de medidas dos órgãos federais em relação às recomendações do Marco 2; 5) Discussão de padrões técnicos para integração federal e nacional de dados: construção de proposta preliminar, com escuta da sociedade civil; e 6) Avaliação das entregas do Compromisso e visão de futuro.

Inicialmente, atores da sociedade civil responsáveis pelo compromisso implementaram satisfatoriamente os marcos 1 e 2. Como resultado, foram priorizadas 15 bases de dados de diferentes órgãos governamentais gestores, por meio de consulta pública destinada a outras entidades da sociedade civil. Posteriormente, também foi realizado estudo para analisar as dificuldades e as possibilidades de melhoria desses dados e indicar recomendações.

Com base nas recomendações, o Ibama realizou uma nota técnica (Nota Técnica 10/2022) para avaliação das recomendações, concluindo os trabalhos referentes ao marco 3. A maior parte das bases de dados indicadas eram relativas à agenda de fiscalização e já estavam disponibilizadas pelo Ibama no portal de dados abertos², mas, em discussões posteriores junto à sociedade civil, melhorias foram indicadas em eventos e reuniões. Também foram objeto de discussão as bases de dados de competência de outros órgãos gestores. Nesse caso, técnicos de outros órgãos foram convidados para tratar dos encaminhamentos. Essas iniciativas fizeram parte do marco 4 e tinham como objetivo a construção de um plano de medidas dos órgãos federais em relação às recomendações na fase anterior. Vale mencionar que, nessas reuniões, o grupo oportunamente discutiu os padrões técnicos para integração federal e nacional de dados e construíram uma proposta preliminar de um plano de medida, conforme previa o marco 5.

O marco 4 enfrentou dificuldades das áreas técnicas responsáveis em realizar os encaminhamentos e as ordens de serviços necessárias. O processo eleitoral e a consequente transição de governo, além do prazo reduzido de execução do compromisso, ocasionaram em atrasos na execução desse marco. Apesar desses

² <https://www.gov.br/ibama/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>

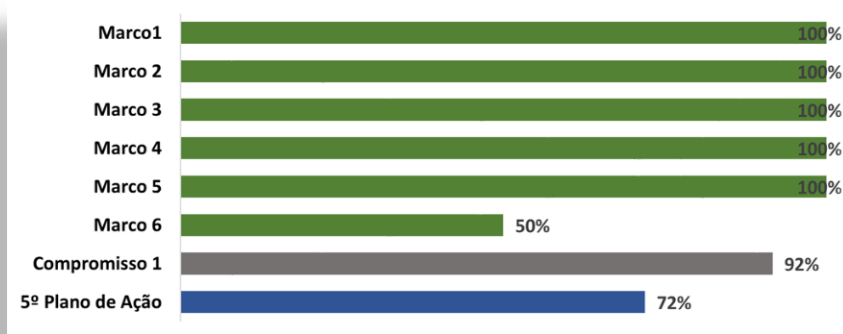


desafios, o grupo finalizou o modelo e algumas ações apontadas no documento já foram implementadas. As seguintes entregas podem ser destacadas: a) os [Painéis Analíticos de Gestão da Madeira](#)³; e b) o aperfeiçoamento da ferramenta de geosserviço do [portal PAMGIA](#).

Os atrasos do marco 4 afetaram os trabalhos do marco 6, que previa a “Avaliação das entregas do Compromisso e visão de futuro”. Entretanto, o grupo no primeiro semestre de 2023. Adicionalmente, Vale destacar que o grupo publicou [Portaria nº 92, de 14 de setembro de 2022](#) que estabelece estrutura institucional para viabilizar o diálogo com a sociedade e auxiliar a implementar as ações fixadas de governo aberto.

Este compromisso conquistou resultados positivos quanto à interação de entidade do governo e da sociedade para a solução de problemas; para o compartilhamento de experiências; e para melhoria das bases de dados antigas. Como resultado, o grupo obteve a implementação de 92% das ações pactuadas que podem ser visualizadas no gráfico a seguir. Adicionalmente, o grupo pretende que os trabalhos colaborativos sejam contínuos, conforme apresentados nos produtos de execução que podem ser mais bem compreendidos na tabela abaixo.

Os resultados do compromisso podem ser visualizados no gráfico:



Fonte: Relatórios de Status de Execução (SER) dos Compromissos.

Marco 1 – Definição e priorização das bases que serão trabalhadas no compromisso para integração e melhoria da qualidade

³ Disponibilização das informações do DOF e SinaFlor agrupadas em três conjuntos de dados:
i. Autorização de Exploração: Painel público de informações sobre a produção madeireira;
ii. Industrialização, Comércio e Transporte: Painel público de informações sobre a industrialização, comércio e transporte de produtos madeireiros;
iii. Exportações: Painel público de informações sobre as exportações de produtos florestais.



Marco 2 – Avaliação sobre a qualidade da estrutura dos dados nas bases abertas definidas no Marco 1

Marco 3 – Avaliação das recomendações

Marco 4 – Construção, com envolvimento da sociedade, de um plano de medidas dos órgãos federais em relação às recomendações do Marco 2

Marco 5 – Discussão de padrões técnicos para integração federal e nacional de dados: construção de proposta preliminar, com escuta da sociedade civil

Marco 6 – Avaliação das entregas do Compromisso e visão de futuro

Compromisso 1	
“Melhorar a qualidade e disponibilização das bases de dados ambientais, buscando maior padronização, unificação e integração de informações de diferentes entes e órgãos.”	
Atores Envolvidos	
Governo: • Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – coordenador do compromisso • Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) • Observatório do Meio Ambiente do Conselho Nacional de Justiça Sociedade Civil: • Brasil.IO • Imaflora • InfoAmazonia • Observatório do Código Florestal (OCF)	
Informações e documentos relacionados ao compromisso	
Marco 1	Documento: Definição e priorização das bases que serão trabalhadas no compromisso para integração e melhoria da qualidade
Marco 2	Documentos: Análise preliminar das bases trabalhadas no compromisso para integração e melhoria da qualidade e Análise completa
Marco 2	Documento: Contribuições do Brasil IO: análise de bases de dados públicas do Ibama
Marco 3	Documento: Nota Técnica 10/2022: Avaliação das recomendações da sociedade civil quanto a qualidade de dados públicos relacionados e priorizados nas bases abertas
Marco 4	Documento: Relatório da oficina realizada em 12 e 13 de setembro de 2022; Plano de Ação; Nota Técnica 2/2022



Compromisso 2 – Combate à Corrupção no Setor Público

O resultado central do Compromisso 2 foi a elaboração do “**Laboratório Anticorrupção**” que é um repositório para o compartilhamento de experiências de combate à corrupção e controle social, com participação do governo e da sociedade, com vistas a produzir referências sobre leis, práticas, processos, métodos e dados sobre o tema.

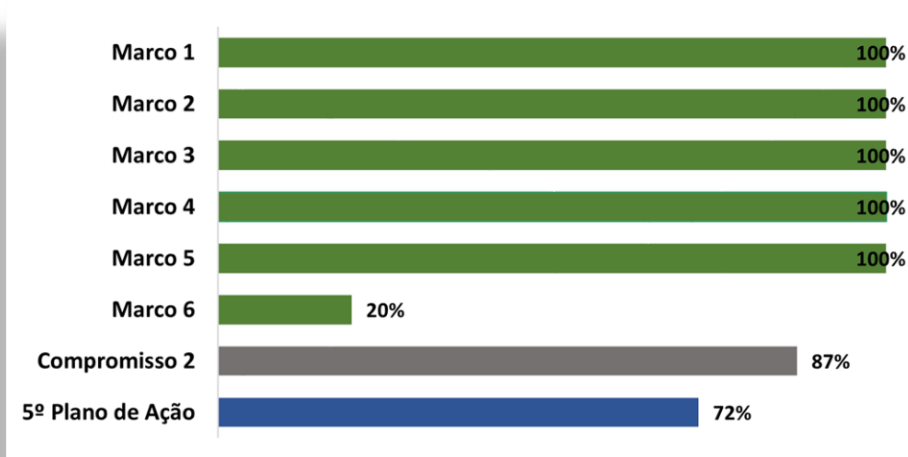
O objetivo deste compromisso foi o de fomentar o alinhamento de entendimentos, a construção de referências e a troca de experiências sobre leis, práticas, processos, métodos, dados e outros recursos importantes para as atividades de controle no combate à corrupção. Dessa forma, criou-se um ambiente que possibilita o aumento da capacidade de identificação de fraudes e irregularidades por meio da análise de dados e de ações de controle social mais efetivas, eficazes e eficientes.

O desenho dos seis marcos foi pensado por atores do governo e da sociedade para possibilitar o desenvolvimento e a constante melhoria do Laboratório. Nesse sentido, os marcos propunham as seguintes ações:

- **Marco 1** – Mapeamento de temas-chave para a produção dos materiais de referência;
- **Marco 2** – Definição de modelo de governança para o repositório e a produção de seus materiais;
- **Marco 3** – Produção dos materiais de referência para o repositório;
- **Marco 4** – Criação de repositório colaborativo para métodos, práticas e processos para os temas escolhidos no combate à corrupção;
- **Marco 5** – Criação de relação de dados, normas ou procedimentos, para os temas escolhidos de combate à corrupção, que não estão disponíveis e solicitação de providências aos responsáveis; e
- **Marco 6** – Incentivo à participação da sociedade e do governo na produção de materiais e no uso do repositório.

Como resultado do empenho e envolvimento dos atores do governo e da sociedade, o compromisso obteve os seguintes percentuais de execução:





Fonte: Relatórios de Status de Execução (SER) dos Compromissos.

Alguns pontos relativos ao processo de implementação do compromisso merecem destaque. Conforme observado, ao longo de todo o processo de implementação do Plano, este compromisso também foi afetado pelo prazo reduzido de um ano para a execução e período eleitoral. Apesar de ter alcançado resultados positivos, o marco 2 foi concluído com ressalvas por parte do grupo executor. Existia a intenção de definir um modelo de governança do repositório mais amplo e que possibilitasse a interação entre os usuários, mas devido à falta de tempo adequado para aprofundar o modelo e à reduzida participação de alguns componentes do grupo, não foi possível atingir a essa expectativa.

Em relação ao percentual de execução do marco 6, é importante pontuar que essa ação necessitava da execução dos marcos anteriores para ser iniciada. Os atrasos inviabilizaram sua implementação dentro do prazo de execução do Compromisso, mas o grupo criou uma proposta inicial de Plano de Comunicação, visando a disseminação e incentivo ao uso do repositório e ao envio de materiais.

De forma geral, foi um compromisso que alcançou a maior parte dos objetivos definidos e obteve execução de 86,7%, acima da média geral do Plano.

Os indicadores dos marcos estão disponíveis a seguir:



Compromisso 2	
“Criar laboratório, com participação de governo e sociedade, para produzir entendimentos, construir referências e trocar experiências sobre leis, práticas, processos, métodos, dados e outros recursos importantes para as atividades de combate à corrupção.”	
Atores Envolvidos	
Governo: - Controladoria-Geral da União (CGU) - coordenador do compromisso - Ministério Público Federal (MPF) Sociedade Civil: - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)/Laboratório Analytics - Fundação Getúlio Vargas (FGV) - Transparência Brasil - Instituto Ethos	
Informações e documentos relacionados ao compromisso	
Marco 1	Documento: Mapeamento de temas-chave para a produção dos materiais de referência. (versão pdf) (versão txt)
Marco 2	Documento: Definição de modelo de governança para o repositório e a produção de seus materiais
Marco 3 e 4	Site: Laboratório Anticorrupção
Marco 5	Documento: Relação de dados, normas ou procedimentos, para os temas escolhidos de combate à corrupção, que não estão disponíveis
Marco 6	Documento: Plano de Comunicação

Compromisso 3 – Maus-Tratos a Animais e Governo Aberto

O Compromisso 3 “**Maus-Tratos a Animais e Governo Aberto**” foi formulado a partir de um tema escolhido em consulta pública pela sociedade. Esta é a primeira vez que um Plano de Ação trabalha questões relativas à proteção animal. A escolha deste tema foi destaque em relatório da OGP, pelo fato do Brasil incluir uma temática inédita e de relevância para o contexto nacional.

O objetivo do compromisso foi de “**Implementar iniciativas colaborativas entre governo e sociedade que melhorem o entendimento e a atuação dos órgãos governamentais acerca das ações de prevenção e combate aos crimes de maus-tratos**”



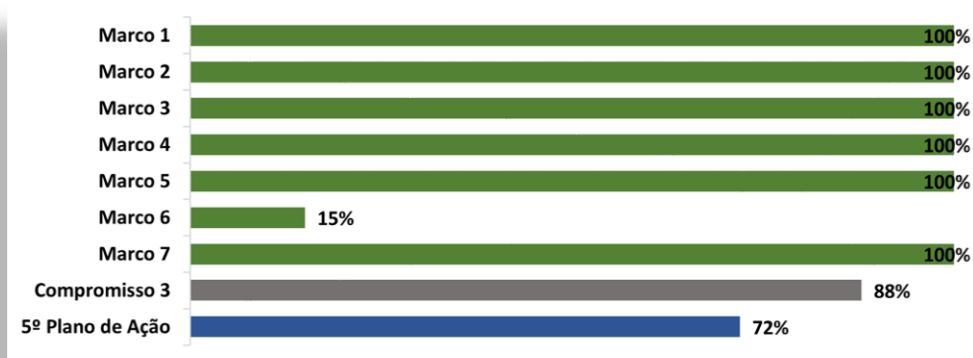
contra animais, por meio da construção de espaços de diálogo, da mobilização social e da produção de materiais e padronização de protocolos”.

De forma geral, o compromisso obteve uma execução produtiva e alcançou o percentual de 88% de conclusão das ações acordadas. A maior parte das ações se referiam a eventos, a atividades de divulgação, à disseminação de materiais, e à pesquisa sobre questões que precisam ser enfrentadas sobre a temática. Durante a execução houve diversas oportunidades para que entes municipais, estaduais e federais, conjuntamente com a sociedade civil, pudessem compartilhar experiências e boas práticas.

O destaque para este compromisso foi a instituição da “Agenda Nacional de Proteção e Defesa de Cães e Gatos”, pela Portaria MMA nº 288/2022. A iniciativa indica a implementação de políticas públicas e ações para melhoria dos eixos de controle-populacional, saúde animal, educação sobre guarda-responsável, bem-estar e prevenção contra maus-tratos.

Vale mencionar que apenas o marco 6 “Diálogo para a padronização de protocolo para a perícia de maus-tratos” não foi plenamente concluído, pois os participantes tiveram conflitos de agenda.

Informações sobre os percentuais de execução dos marcos estão disponíveis a seguir. Na sequência, estão acessíveis os indicadores de conclusão dos marcos.



Fonte: Relatórios de Status de Execução (RSE) dos Compromissos.

Legenda:

Marco 1 - Mobilização de atores para promover ações de conscientização, no mês de prevenção aos maus-tratos aos animais (abril)



Marco 2 - Mapeamento de informações disponíveis sobre o tema (cursos, cartilhas, dados, levantamentos etc.)

Marco 3 - Articulação para a coleta padronizada de dados sobre o tema em grandes municípios

Marco 4 - Identificação de boas práticas em prevenção e combate aos maus-tratos implementadas

Marco 5 - Diálogo com diversos setores sobre o Registro Geral do Animal (RGA)

Marco 6 - Diálogo para a padronização de protocolo para a perícia de maus-tratos

Marco 7 - Inserção de recomendações de prevenção e combate aos maus-tratos animais nas orientações sobre manejo populacional animal do MMA

Compromisso 3	
“Implementar iniciativas colaborativas, entre governo e sociedade, que melhorem o entendimento e a atuação dos órgãos governamentais acerca das ações de prevenção e combate aos crimes de maus-tratos contra animais, por meio da construção de espaços de diálogo, da mobilização social e da produção de materiais e padronização de protocolos.”	
Atores Envolvidos	
Governo: - Ministério do Meio Ambiente - coordenador do compromisso - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Sociedade Civil: - Ampara Animal / Instituto de Medicina Veterinária do Coletivo (IMVC)	
Informações e documentos relacionados ao compromisso	
Marco 1	Site: Campanhas em redes sociais ; Depoimento na CPI de maus-tratos a animais de São Paulo ; Segunda turma de formação sobre “Guarda responsável e bem-estar de cães e gatos” , oferecida pelo Ministério do Meio Ambiente.
Marco 3	Site: Pesquisa com municípios sobre a elaboração e implementação de políticas públicas sobre a Proteção e Bem-estar de cães e gatos: Primeira etapa da pesquisa ; Segunda etapa da pesquisa .
Marco 4	Site: Seminário realizado pelo Ministério do Meio Ambiente: link da transmissão .
Marco 5	Site: Seminário Nacional sobre Proteção e Bem-estar de cães e gatos - Ações e Perspectivas. (Notícias: Agência Brasil ; Ministério do Meio Ambiente ; Revista IstoÉ ; Prefeitura de Maceió).
Marco 7	Documento: Portaria GM/MMA nº 288 , de 11 de novembro de 2022 - Institui a Agenda Nacional de Proteção e Defesa de Cães e Gatos.



Compromisso 4 – Direitos Humanos e Dados Abertos

Este compromisso também foi destaque, em relatório da OGP, por ter sido abordado pela primeira vez no Plano de Ação Nacional. Vale mencionar ainda que, na fase de priorização dos temas da sociedade civil, esta temática contou com amplo envolvimento de entidades da sociedade civil para sua divulgação. Esse fato demonstra a aderência e relevância em trabalhar iniciativas de Direitos Humanos alinhadas aos princípios de transparência, acesso à informação, *accountability*, tecnologia e inovação.

O objetivo pactuado pelos integrantes do compromisso, nas oficinas de elaboração do Plano, foi o de **“Criar sistema informatizado integrado nacional voltado para a formação de um banco de dados sobre violações de direitos humanos que permita a integração com outros sistemas dos entes subnacionais, com catalogação e taxonomia padronizada, em maior nível de desagregação possível, cujos dados possam ser disponibilizados para a sociedade em formato aberto”**. Para alcançar este compromisso, o grupo definiu oito marcos e seus respectivos prazos e responsáveis.

Apesar de o compromisso não ter sido integralmente concluído, passos importantes foram dados nesse sentido. A implementação de 72% dos marcos garantiu ganhos nessa direção. Houve considerável avanço na criação da Plataforma “Observatório Nacional de Direitos Humanos”. Essa ferramenta destina-se à integração de bases de dados de políticas setoriais e demográficas, de modo a possibilitar a produção de conhecimento e o aprimoramento das políticas de proteção, defesa, promoção e enfrentamento a violações de direitos humanos e consulta de dados e indicadores em direitos humanos. Devido à transição governamental, as tratativas finais referentes à Plataforma foram paralisadas. Entretanto, há diversos encaminhamentos que sinalizam a continuidade dessa iniciativa, tais como: a tramitação de acordo de cooperação para realizar interoperabilidade tecnológica e o compartilhamento de dados e informações para o desenvolvimento da plataforma.

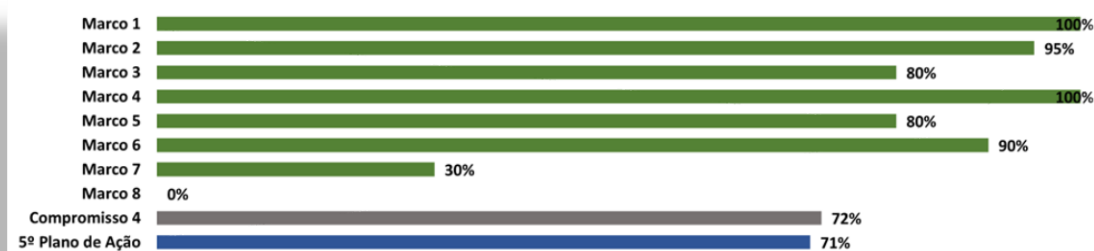
Vale mencionar que houve a publicação, como produto do compromisso, de relevante normativo, [Portaria nº 503/2022](#), que indica a instituição do Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos – SINDH. Essa estrutura de gestão de informações de políticas sobre a temática está estabelecida, mas prevê constantes processos de



melhorias. O SINDH é composto por: a) Portal de Conteúdos em Direitos Humanos; b) Sistema Nacional de Direitos Humanos; c) pelo Sistema Integrado da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos; e d) Plataforma de Interação Social em Direitos Humanos.

Por fim, destaca-se que este compromisso foi predominantemente executado pelo órgão coordenador, que foi o responsável pela maior parte dos marcos. Esse fato, dentre outros, pode ter afetado o engajamento da sociedade civil, que teve pouca participação nas reuniões de monitoramento.

Para uma compreensão geral, segue o gráfico de implementação dos marcos e a respectiva legenda. Em sequência, também estão disponíveis os indicadores de entregas do compromisso.



Fonte: Relatórios de Status de Execução dos Compromissos.

Marco 1 – Definição das funcionalidades e requisitos do sistema

Marco 2 – Elaboração da taxonomia padronizada de direitos humanos e o glossário quanto à definição dos dados

Marco 3 – Estabelecimento de rol mínimo de dados e nível de desagregação que deverão constar do sistema

Marco 4 – Definição dos atores nacionais e subnacionais que alimentarão e utilizarão o sistema

Marco 5 – Engajamento dos atores nacionais e subnacionais que alimentarão e utilizarão o sistema mediante reunião de trabalho

Marco 6 – Versão beta do Sistema para testes e validação com atores

Marco 7 – Elaboração do manual do usuário

Marco 8 – Entrega do Sistema informatizado

Compromisso 4

“Criar Sistema informatizado integrado nacional, voltado para a formação de um banco de dados sobre violações de direitos humanos que permita a integração com outros sistemas dos entes subnacionais, com catalogação e taxonomia padronizada, em maior nível de desagregação possível, cujos dados possam ser disponibilizados para a sociedade em formato aberto.”



Atores Envolvidos	
Governo: - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - coordenador do compromisso - Controladoria-Geral da União (CGU)	
Sociedade Civil: Artigo 19	
Informações e documentos relacionados ao compromisso	
Marco 1	Documento e Sites: Portaria nº 503/2022 – Institui o Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos - SINDH no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Portal de Conteúdos em Direitos Humanos ; Sistema Nacional de Direitos Humanos ; Sistema Integrado da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos ; Plataforma de Interação Social em Direitos Humanos .
Marco 2	Documento: Manual da Taxonomia de Direitos Humanos
Marco 3	Site: Dados Abertos do MMFDH .
Marco 4	Documento: Portaria nº 503/2022 – Institui o Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos - SINDH no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
Marco 5	Documento: Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2022 ; Acordo de Cooperação Técnica nº 026/2022 ;
Marco 6	Sites: Agenda Brasil Para Todos ; Sistema Nacional De Direitos Humanos ; Plataforma De Interação Social Em Direitos Humanos ; Sistema Integrado Da Ouvidoria Nacional De Direitos Humanos ; Portal De Conteúdos Em Direitos Humanos .
Marco 7	Documentos: Tutorial do SNDH Pessoa Física ; Tutorial do SNDH Pessoa Jurídica .

Compromisso 5 – Cadeias Agropecuárias e Dados Abertos

O Compromisso 5 “**Promover a abertura e integração de bases de dados das cadeias agropecuárias com aderência aos interesses da sociedade**” foi cocriado e implementado por diversos atores do governo e da sociedade civil. Este trabalho conjunto buscou, ao longo do prazo do 5º Plano de Ação Nacional, atender às demandas de abertura e integração de bases de dados agropecuários de interesse da sociedade de forma a torná-las localizáveis, acessíveis, interoperáveis e reutilizáveis.



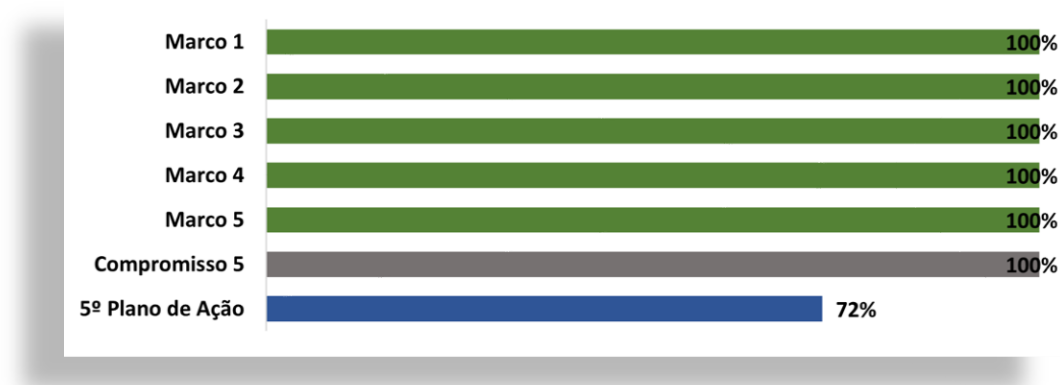
O compromisso alcançou 100% de execução das pactuações, todavia, é importante ressaltar alguns pontos que foram levantados ao longo do processo de implementação. Em especial, o marco 3 “**Análise de riscos, impactos e viabilidade para abertura e integração de bases de dados das cadeias agropecuárias**” foi objeto de diversas discussões relativas à possibilidade de abertura das bases da Guia de Trânsito Animal (GTA). Segundo o Ministério da Agricultura – MAPA, que é o órgão gestor da base, há restrições impostas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (e outras legislações) e não seria possível promover a abertura dessa base de dados.

Entretanto, o grupo executor concluiu que seria necessário verificar, de forma mais aprofundada, sobre a possibilidade de tratamento com vistas a realizar a abertura, já que a base em questão possui dados de muito interesse e relevância para a sociedade. Contudo, o prazo de execução do compromisso não possibilitou essa análise mais apurada. Assim, o grupo sugeriu que esse trabalho fosse realizado em um próximo Plano de Ação. Nesse sentido, e para melhor aproveitamento, deveriam ser envolvidos outros atores essenciais para essa discussão, tais como o Ministério Público Federal, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), instâncias produtoras de dados (órgãos estaduais de defesa agropecuária) e um maior número de representações da sociedade civil.

Feitas as devidas ressalvas, cabe destacar que o resultado do compromisso foi de extrema relevância para o avanço no compartilhamento e na transparência dos dados das cadeias agropecuárias. O esforço conjunto da EMBRAPA, como órgão coordenador, e dos representantes da sociedade civil resultou em políticas importantes para a temática. Como exemplo desses resultados, cita-se a criação do Sistema Nacional de Gestão de Informações e Inteligência Agropecuária (SINAGRO), instituído pelo MAPA através da Portaria nº 420, de 30 de março de 2022, que tem como objetivo integrar dados e informações agropecuárias produzidos pelo Ministério e entidades vinculadas, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Destaca-se também a instituição, pelo Ministério da Economia, do Grupo de Trabalho Interministerial para Integração dos Sistemas de Dados do Setor Rural (Decreto nº 11.071, de 17 de maio de 2022), com a participação do MAPA, Ministério do Trabalho e Previdência, Banco Central, Conab, Embrapa, IBGE, Incra e INSS.



Os percentuais de execução dos marcos e outros resultados do compromisso podem ser conferidos abaixo:



Fonte: Relatórios de Status de Execução dos Compromissos.

Legenda:

Marco 1 - Evento com órgãos de governo e sociedade civil para discussão acerca da abertura de bases relacionadas às cadeias agropecuárias

Marco 2 - Diagnóstico da situação das bases de dados relacionadas às cadeias agropecuárias

Marco 3 - Análise de riscos, impactos e viabilidade para abertura e integração de bases de dados das cadeias agropecuárias

Marco 4 - Protocolo de metadados para integração e transparência de dados da cadeia agropecuária com base em padrões da Web e conceito FAIR

Marco 5 - Abertura e integração de bases prioritizadas

Compromisso 5

“Promover a abertura e integração de bases de dados das cadeias agropecuárias com aderência aos interesses da sociedade.”

Atores Envolvidos

Governo:

- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) - coordenador do compromisso
- Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA)

Sociedade Civil:

- Observatório do Código Florestal (OCF)
- Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)
- Centro de Inteligência Artificial - C4AI/USP



- Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br)

Informações e documentos relacionados ao compromisso

Marco 1	Site: Especialistas debatem abertura e integração de dados de cadeias agropecuárias
Marco 2	Documento: Proposta de priorização de bases de dados da Sociedade Civil
Marco 2	Documento: Planilha contendo o resultado do levantamento das bases de dados relativas às cadeias agropecuárias (em xlsx)
Marco 3	Documento: Análise de riscos, impactos e viabilidade para abertura e integração de bases de dados das cadeias agropecuárias
Marco 4	Documento: Protocolo de metadados para integração e transparência de dados da cadeia agropecuária com base em padrões da Web e conceito FAIR
Marco 5	Documento: Relatório Final sobre a abertura e integração de bases priorizadas (em pdf)

Compromisso 6 – Transparência de Imóveis Públicos Federais

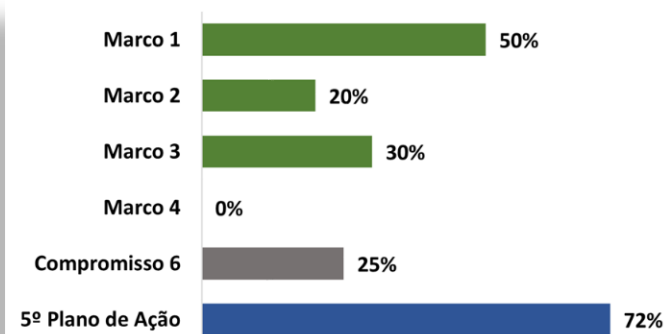
Este compromisso foi desenhado para abordar o problema da falta de informações completas e integradas sobre o uso dos imóveis públicos federais. O objetivo era o de “Disponibilizar online novas informações referentes aos imóveis públicos federais, qualificar as já existentes – incluindo a situação da sua destinação - e oferecer dados em formatos úteis para o reuso pela sociedade.” Os atores do governo e da sociedade envolvidos entendiam que, apesar de haver algumas iniciativas de publicação de dados sobre os imóveis públicos federais, era necessário realizar a gestão centralizada e a articulação em nível nacional para que todos os órgãos gestores dessas bases de dados disponibilizem as informações de forma mais transparente e em formato adequado para reuso.

Entretanto, o Compromisso 6 enfrentou vários desafios durante sua implementação e obteve o menor desempenho entre os 12 compromissos do 5º Plano de Ação Nacional, alcançando apenas 25% de progresso nas ações.

Essa situação se estabeleceu devido, principalmente, à indisponibilidade de agenda entre os representantes do INCRA e da FUNAI que eram os principais gestores das bases de dados e atores responsáveis pelo compromisso.

Os percentuais de execução dos marcos estão disponíveis no gráfico abaixo:





Fonte: Relatórios de Status de Execução (RSE) dos Compromissos.

Legenda:

Marco 1- Publicação periódica de dados e informações aprimoradas sobre destinação e alienação de imóveis públicos federais (em processo ou concluída)

Marco 2 - Assinatura de acordo de cooperação técnica entre SPU e INCRA para ações de georreferenciamento de imóveis, fiscalização e integração de dados de imóveis públicos federais

Marco 3 - Promoção da melhoria da base integrada de imóveis públicos federais, a partir do levantamento da atuação dos órgãos no fornecimento tempestivo de informações e dados

Marco 4 - Evento Nacional sobre governança de patrimônio público para gerar proposta técnica, com presença da sociedade e dos governos estaduais e municipais

Outras informações estão disponíveis a seguir:

Compromisso 6

“Disponibilizar online novas informações referentes aos imóveis públicos federais, qualificar as já existentes - incluindo a situação da sua destinação - e oferecer dados em formatos úteis para o reuso pela sociedade.”

Atores Envolvidos

Governo:

- Ministério da Economia - coordenador do compromisso
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
- Fundação Nacional do Índio (FUNAI)

Sociedade Civil:

- Transparência Brasil
- Imazon

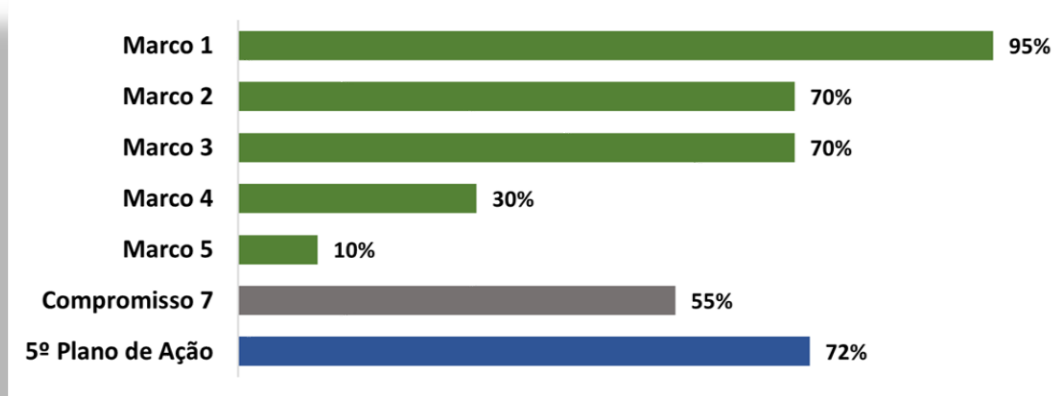


Compromisso 7 – Ciência de Dados para Vigilância Sanitária

O compromisso 7 tinha como meta “Implementar padrões e diretrizes que visem à convergência entre sistemas operantes e dados produzidos pelos diferentes entes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária para viabilizar a interoperabilidade e a usabilidade, com vista a melhorar a comunicação com o cidadão”. Para este propósito, foram definidos os seguintes marcos:

- Marco 1 – Mapeamento de informações e suas fontes/sistemas em uso no âmbito da vigilância sanitária e disponibilização de catálogo de bases de dados
- Marco 2 – Ficha de qualificação com a convergência de informações em uso no âmbito da vigilância sanitária
- Marco 3 – Ficha de qualificação de novos indicadores após identificação de informações de interesse da vigilância sanitária ainda não utilizadas na gestão
- Marco 4 – Protocolo de metadados para integração e transparência de dados da vigilância sanitária em padrões da Web e conceito FAIR
- Marco 5 – Construção de piloto de um Observatório Nacional de Segurança Sanitária

Devido à falta de engajamento de alguns atores e ao prazo reduzido de implementação do compromisso, o percentual de execução foi de 55%, conforme pode ser conferido no gráfico abaixo:



Fonte: Relatórios de Status de Execução dos Compromissos.



Ainda, devido ao seu caráter tripartite, que envolve uma gestão compartilhada entre os diversos níveis da federação, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) impõe que as ações sejam validadas por instâncias estaduais e municipais. Tal exigência também foi fator limitador na execução e publicização dos marcos.

Apesar de não alcançar a completude dos marcos pactuados, a Agência Nacional da Vigilância Sanitária - ANVISA, comprometeu-se em dar continuidade aos marcos nos próximos anos. A realização deste trabalho tem o potencial de impactar fortemente cerca de 241 atividades econômicas, que são monitoradas diariamente pelos órgãos de vigilância sanitária que compõe o SNVS.

No âmbito do período de implementação do compromisso, algumas ações avançaram, principalmente aquelas relativas aos marcos 1, 2 e 3. O mapeamento e o catálogo (marco 1) estão na fase de validação final pelos entes subnacionais, e devem ser publicados em breve. Já o processo de elaboração das fichas de qualificação (marcos 2 e 3) prevê a realização de oficinas e entrevistas adicionais com diferentes entes subnacionais. Apesar de grande parte desse trabalho ter sido efetuado, a completude das atividades tem previsão para o primeiro semestre de 2023.

Cabe mencionar ainda que, apesar de toda evolução dos trabalhos e da magnitude do escopo deste compromisso, que demanda uma série de pactuações e validações de municípios e estados, não houve produto referente às ações publicado em transparência ativa. Este ponto foi constantemente destacado pelos representantes da sociedade civil responsáveis pelo compromisso durante as reuniões de monitoramento.

Informações adicionais estão disponíveis a seguir:

Compromisso 7
“Implementar padrões e diretrizes que visem à convergência entre sistemas operantes e dados produzidos pelos diferentes entes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária para viabilizar a interoperabilidade e a usabilidade, com vistas a melhorar a comunicação com o cidadão.”
Atores Envolvidos
Governo: • Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) - coordenador do compromisso • Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD)



- Fiocruz

Sociedade Civil:

- Open Knowledge (OKBR)
- Ceweb.br/NIC.br
- Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS)
- Rede de Pesquisa Solidaria em Políticas Públicas e Sociedade
- Rede Brasileira de Mulheres Cientistas (RBMC)

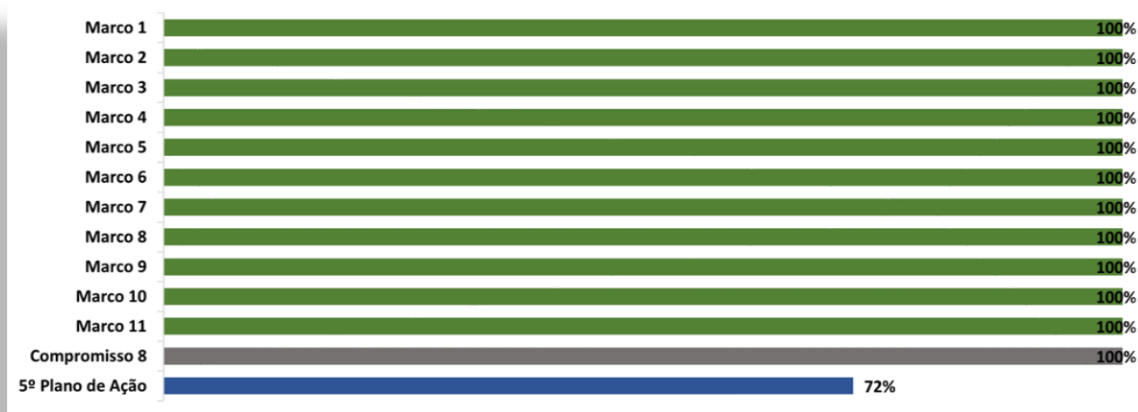
Compromisso 8 – Transparência em Ciência

Este Compromisso foi um dos destaques do 5º Plano de Ação Nacional tanto em relação aos resultados exitosos quanto devido à sinergia dos atores ao longo do processo de implementação. Foi um compromisso exemplo no quesito de compartilhamento de responsabilidades, organização, cumprimento de prazos e alcance dos resultados.

Esta foi a segunda vez que o tema de Ciência Aberta fez parte de um Plano de Ação Nacional, já que a temática também estava presente no 4º Plano, em que foi desenvolvido o compromisso de “estabelecer mecanismos de governança de dados científicos para o avanço da Ciência Aberta no Brasil”. Nesse sentido, a execução do Compromisso 8 foi uma oportunidade para que continuidades e aprofundamentos de trabalhos fossem feitos e para que o grupo lançasse mão de sua experiência prévia.

Como resultado, representantes do governo e da sociedade responsáveis pelo compromisso entregaram diversos produtos relevantes, e o objetivo do compromisso de **“Construir uma proposta de modelo de avaliação que fomente a Ciência Aberta”** foi satisfatoriamente alcançado, conforme pode ser conferido no gráfico:





Fonte: Relatórios de Status de Execução (RSE) dos Compromissos.

Legenda:

Marco 1 - Levantamento dos critérios nacionais e internacionais de avaliação de pesquisadores e instituições de pesquisa, com enfoque nas práticas de ciência aberta

Marco 2 - Proposição de critérios de Qualificação de Repositórios de Dados, de Repositórios de Publicações

Marco 3 - Proposição de diretrizes para concessão de fomento e desenvolvimento de projetos de pesquisa

Marco 4 - Proposição de Indicadores de Métricas Alternativas (alt metrics) para medição de Impacto de Pesquisas Científicas

Marco 5 - Proposição de Indicadores para a Ciência Cidadã

Marco 6 - Proposta de qualificação das revistas científicas e critérios alternativos nas dimensões de ciência aberta para enriquecer a estratificação do Qualis

Marco 7 - Levantamento de percepções, e promoção da sensibilização sobre os produtos do compromisso

Marco 8 - Proposição de Indicadores para a avaliação que contemple a Ciência Aberta

Marco 9 - Implantação de observatório para o progresso de práticas de ciência aberta no Brasil

Marco 10 - Estudo comparativo do impacto esperado vs. impacto observado na produção dos programas de pós-graduação

Marco 11 - Proposição de critérios de qualificação de produtos técnicos, tecnológicos e artísticos que favoreçam a Ciência Aberta

O destaque para esse compromisso é a execução do Marco 9: “Implantação de observatório para o progresso de práticas de ciência aberta no Brasil”. O produto do marco foi o desenvolvimento do Observatório de Ciência Aberta do Brasil ([OCABr](#)), com o propósito de fornecer informações com indicadores, literatura científica e análises sobre o progresso da Ciência Aberta no Brasil, baseado nas práticas de Ciência Aberta, e servir como fonte para subsidiar políticas públicas, políticas institucionais, sistemas de avaliação de pesquisas, estudos bibliométricos e cientométricos e divulgação geral. A



expectativa principal é que o OCABr contribua para o enriquecimento dos sistemas de avaliação de pesquisa.

O Marco 9 também é importante por contribuir para a implementação de outros marcos do compromisso, como os marcos 4, 6 e 8. Além disso, outros marcos têm como meta específica ou resultado secundário a definição e produção de indicadores que, de acordo com o grupo, deverão ser integrados ao OCABr.

Vale mencionar que, de forma geral, o grupo enfrentou desafios relativos ao prazo reduzido do Plano e ao período eleitoral. Também necessitou lidar com o grande número de participantes, pois o compromisso contava com 36 participantes, representando 17 entidades do governo e da sociedade. Nesse sentido, destaca-se a distinta capacidade de coordenação promovida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), que empregou constantes esforços para o acompanhamento periódico e envolvimento dos atores responsáveis pelos marcos. Foi implementado um planejamento exemplar para controle da execução, que inclusive pode ser uma boa prática difundida nos próximos planos.

Cabe, também, destacar a atuação da coordenação do Ibict na divulgação constante das ações do compromisso perante a comunidade científica, acadêmica e outros interessados por meio da promoção e participação em eventos técnico-científicos. Esse empenho foi crucial para atrair novos participantes (órgãos governamentais, universidades e entidades da sociedade civil), cuja contribuição foi fundamental para a melhoria dos resultados apresentados.

Informações gerais sobre o Compromisso 8 estão disponíveis na tabela a seguir:

Compromisso 8	
“Construir uma proposta de modelo de avaliação que fomente a Ciência Aberta.”	
Atores Envolvidos	
Governo:	
• Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) - coordenador do compromisso • Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) • Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	



- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
- Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)
- Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC)

Sociedade Civil:

- Academia Brasileira de Ciências (ABC)
- Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC)
- Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP)
- Scientific Electronic Library Online (SciELO)
- Universidade Estadual Paulista (UNESP)
- Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
- Universidade Federal de Lavras (UFLA)
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Informações e documentos relacionados ao compromisso

Site: Os indicadores dos marcos estão disponíveis em:

<https://wiki.rnp.br/pages/viewpage.action?pageId=164663114>.

Compromisso 9 – Controle Social da Dívida Ativa

Este compromisso pretendia implementar iniciativas que promovessem a cidadania fiscal com vistas a mudar a cultura de tolerância à sonegação. Para tanto, os atores do governo e da sociedade, que compõe o compromisso, definiram, na oficina de cocriação, ações voltadas à melhoria da comunicação com a sociedade e à utilização dos dados da dívida ativa pelos meios de comunicação e pelas organizações que atuam no controle social relacionado à temática.

Ao longo do período de execução, o grupo responsável alcançou resultados positivos. Como destaque, cita-se a ampliação do escopo do aplicativo “Dívida Aberta” que, após a articulação e acordos com vários entes federativos, incrementou as informações de devedores e promoveu publicidade relativa à temática. Adicionalmente, foram elaborados materiais instrucionais sobre Dívida Ativa e curso sobre eleições,



corrupção e democracia que contou com a colaboração da Abraji, como entidade representante da sociedade civil.

Apesar dos avanços, a Procuradoria-Geral da fazenda Nacional (PGFN), coordenadora do compromisso, precisou lidar com desafios. Houve a dificuldade em avançar no marco 4 “**Criação de mecanismos para incentivar os profissionais da imprensa e atores do controle social para o uso das informações da dívida ativa**”. A Abraji, entidade responsável pelo marco, não pode dar continuidade aos trabalhos e não houve engajamento dos outros atores da sociedade civil. Diante disso, os resultados do compromisso ficaram parcialmente afetados.

Com vistas a possibilitar uma melhor compreensão dos resultados do compromisso, estão disponíveis, no gráfico e na tabela, a descrição de cada marco, seu percentual de execução, bem como seus os indicadores de execução:



Fonte: Relatórios de Status de Execução dos Compromissos.

Legenda

Marco 1 – Realização de articulação com estados e municípios visando ampliar dados sobre a dívida ativa e ampliação da comunicação sobre a temática

Marco 2 – Elaboração de material institucional com linguagem simples sobre a dívida ativa e as ferramentas disponíveis para consultá-las

Marco 3 – Criação de curso sobre investigações jornalísticas e controle social utilizando as informações/ferramentas da dívida ativa e bases de interesse público e o contexto fiscal do Brasil

Marco 4 – Criação de mecanismos para incentivar os profissionais da imprensa e atores do controle social para o uso das informações da dívida ativa

Compromisso 9

“Implementar ações instrucionais, com linguagem simples, que vise melhorar a comunicação e a utilização dos dados da dívida ativa pela imprensa e organizações de controle social, incrementar a cidadania fiscal e mudar a cultura de tolerância à sonegação fiscal.”



Atores Envolvidos	
Governo: • Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) - coordenador do compromisso • Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) • Controladoria-Geral da União (CGU) • Ministério da Economia • Secretaria Especial da Receita Federal	
Sociedade Civil: • Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) • Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) • Instituto de Fiscalização e Controle (IFC) • Politize	
Informações e documentos relacionados ao compromisso	
Marco 1	Site: Melhoria do sistema Lista de Devedores e do APP DÍVIDA ABERTA: Lista de Devedores - PGFN
Marco 2	Site: Reformulação das informações sobre Dívida Ativa no site da PGFN: Dívida ativa da União e do FGTS — Português (Brasil) (www.gov.br)
Marco 3	Site: realização do curso " Eleições, Democracia e Corrupção ".
Marco 4	Site: Inserção da base de dados da Dívida Ativa no CruzaGrafos (projeto desenvolvido pela Abraji)

Compromisso 10 – Governo Aberto no Licenciamento Ambiental Federal

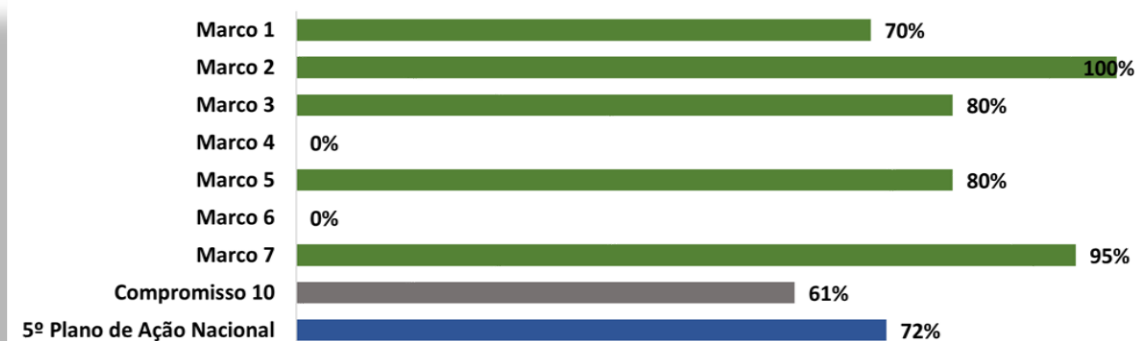
Este compromisso tinha como principal objetivo superar a dificuldade na estruturação e na forma de disponibilização dos dados e informações referentes aos licenciamentos ambientais conduzidos em âmbito federal. Assim ficou pactuado o lançamento de um painel que centralizasse as informações e os dados sobre a temática e que possibilitasse o fácil acesso e extração desses dados. A organização de forma intuitiva, com visualizações claras, e a promoção de espaços de diálogo com interessados também foram prioridades do grupo.

Entretanto, ao longo do processo de execução, o grupo se deparou com a complexidade em integrar os diferentes sistemas relativos ao Licenciamento Ambiental Federal, o que impactou os resultados do compromisso, que alcançou 61% de execução.



É importante mencionar que, apesar das intercorrências, o painel proposto está homologado e tem previsão de ser disponibilizado na plataforma [Pamgia](#), gerida pelo IBAMA, nos próximos meses. Vale destacar ainda que, mesmo após sua disponibilização, alguns ajustes e melhorias precisam ser realizados para que se contemple os marcos pactuados. A previsão do grupo, ao fim do Plano, era que esses trabalhos teriam continuidade com vistas a finalizar todas as entregas do compromisso.

A seguir estão os percentuais de execução de cada marco e do compromisso:



Fonte: Relatórios de Status de Execução dos Compromissos.

Legenda:

Marco 1 - Estabelecer metodologia para envolvimento da sociedade na construção do painel, incluindo grupos focais periódicos.

Marco 2 - Definir os requisitos técnicos, escopo e conjunto de dados que possa ser disponibilizado na primeira versão do painel, inclusive os dados dos Estados que tenham sido disponibilizados ao MMA.

Marco 3 - Criar mapa do processo de licenciamento associado às informações sobre acesso aos sistemas, com o descritivo dos temas e tipos de informações disponíveis, forma de acessá-los, prazo de atualização e órgão responsável.

Marco 4 - Desenvolvimento de funcionalidade que permita que o cidadão questione omissões/equívocos nos dados e reporte-os aos órgãos de controle competentes

Marco 5 - Criar forma de exportar os dados dos múltiplos sistemas em formato aberto para o portal de dados abertos

Marco 6 - Criação de canal de acesso direto do cidadão à área técnica responsável pelo dado

Marco 7 - Lançamento do painel

Nesta tabela há informações relevantes do compromisso apresentadas de forma sistematizada:

Compromisso 10

“Lançar um painel, construído e constantemente aprimorado a partir do diálogo com os usuários, que centralize as informações e dados atualizados dos diferentes sistemas relativos ao



Licenciamento Ambiental Federal, organizadas de forma intuitiva, com visualizações claras, possibilidade de extração automatizada de dados em formato aberto e espaços de diálogo com os usuários, órgãos de controle e outros entes federativos, de forma a ampliar o acesso e uso efetivo das informações pela sociedade.”

Atores Envolvidos

Governo:

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) - coordenador do compromisso
- Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Sociedade Civil:

- Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa)
- Fiquem Sabendo

Informações e documentos relacionados ao compromisso

Marco 1 Documento: [Marco 1 - Relatório Parcial referente ao marco](#) (em PDF)

Compromisso 11 – Participação Social para Melhoria dos Dados Eleitorais Abertos

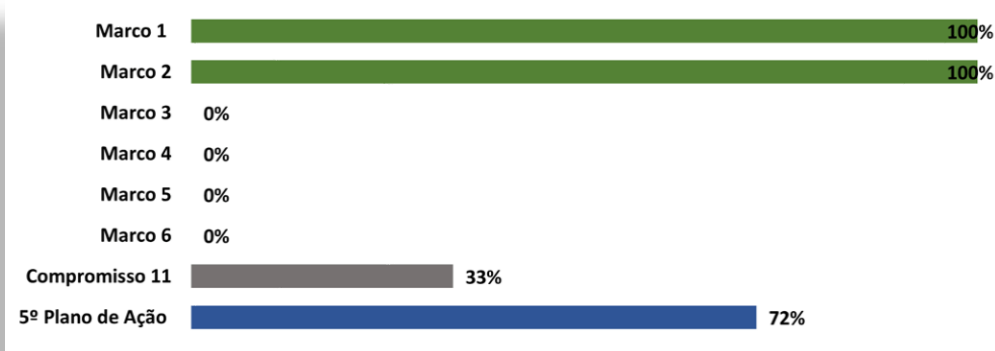
Este compromisso contempla a orientação da OGP de incluir compromissos que tenham o envolvimento de órgãos que compõem outros Poderes para além do Poder Executivo. Com base nisso, a metodologia do 5º Plano de Ação ampliou a fase de “Definição dos Temas” e incluiu a categoria “Temas priorizados por outros Poderes” com vistas a identificar propostas de órgãos do Judiciário e do Legislativo que se comprometessem a implementar políticas que abrangessem os princípios de governo aberto. Nessa fase, a proposta de tema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) “Participação Social para Melhoria dos Dados Eleitorais Abertos” foi selecionada e esse órgão, mais uma vez⁴ colaborou como coordenador de um Plano de Ação Nacional.

Na fase de cocriação do 5º Plano, o TSE e representantes da sociedade civil definiram conjuntamente o objetivo do compromisso 11 como o de “Estabelecer mecanismos de governança colaborativa dos dados abertos eleitorais que visem o

⁴ O TSE foi coordenador do compromisso 13 “[Implantar Processo Judicial Eletrônico na Justiça Eleitoral](#)” do 3º Plano de Ação Nacional.



aprimoramento da qualidade dos dados e da avaliação de resultados, com a ampliação da participação da sociedade em todas as etapas”. Apesar do potencial do compromisso, o período eleitoral e o reduzido prazo de execução afetaram grandemente seus resultados. A maior parte dos marcos dependia da seleção dos membros do Conselho de Usuários de Dados Abertos, que não pode ser efetuada entre julho e outubro por causa do período de defeso eleitoral⁵. Assim o compromisso alcançou apenas 33% de execução, conforme pode ser conferida a seguir:



Fonte: Relatórios de Status de Execução dos Compromissos.

Legenda:

Marco 1 - Elaboração de metodologia pautada em governança colaborativa e procedimentos de co-decisão entre o Conselho de Usuários e a Comissão Gestora de Dados Abertos do TSE

Marco 2 - Instauração de Conselho de Usuários com organizações da sociedade civil

Marco 3 - Evento para discussão e revisão da regulamentação para disponibilização de dados abertos eleitorais

Marco 4 - Implementação da metodologia de coparticipação, por meio da coleta de feedback, para melhoria dos dados a serem disponibilizados no Plano de Dados Abertos do TSE (vigência 2023-2025)

Marco 5 - Geração de relatórios de avaliação parciais e final sobre as propostas da sociedade para melhorias dos dados abertos eleitorais

Marco 6 - Evento para apresentação de resultados

Informações adicionais do compromisso 11 estão disponíveis abaixo:

Compromisso 11

“Estabelecer mecanismos de governança colaborativa dos dados abertos eleitorais que visem o aprimoramento da qualidade dos dados e da avaliação de resultados, com a ampliação da participação da sociedade em todas as etapas”

⁵ O período de defeso eleitoral restringe divulgações dos órgãos públicos conforme [Lei complementar nº 64, de 1990](#).



Atores Envolvidos	
Governo:	
Tribunal Superior Eleitoral – coordenador do compromisso	
Sociedade Civil:	
- Transparência Eleitoral Brasil (TE Brasil) - Movimento Transparência Partidária (MTP)	
Informações e documentos relacionados ao compromisso	
Marco 1	Documento: Metodologia pautada em governança colaborativa e procedimentos de codificação entre o Conselho de Usuários e a Comissão Gestora de Dados Abertos do TSE (versão pdf) (versão txt)
Marco 2	Site: Portaria TSE nº 691 de 27 de julho de 2022 – Institui o Conselho de Usuários de Dados Abertos do Tribunal Superior Eleitoral.

Compromisso 12 – Acessibilidade para Participação no Legislativo

O Compromisso 12 merece destaque por ter sido a primeira vez que um órgão municipal participou de um Plano de Ação Nacional como coordenador de compromisso. A expansão de articulações e trabalhos colaborativos que envolvam entes subnacionais também é uma recomendação da OGP que recorrentemente está presente em seus relatórios de avaliação.

A Câmara Municipal de Piracicaba, além de ser um ente municipal, é uma instituição do Poder Legislativo. Este órgão tem sido um constante difusor e implementador de iniciativas de governo aberto, já que também participou do 4º Plano de Ação Nacional⁶.

Apesar da experiência da Câmara no processo da OGP, atuar como coordenador foi um imenso desafio. No período de implementação dos marcos do compromisso 12, houve dificuldade de atuar no papel de coordenação devido a mudanças estruturais ocorridas na entidade. Esse fato afetou a articulação com outros atores responsáveis, e o compromisso apenas obteve uma execução de marcos mais expressiva a partir do mês

⁶ Compromisso 7 “Transparência do Processo Legislativo”.



de outubro, principalmente a partir do apoio do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência, do Estado de São Paulo.

Mesmo diante dessas dificuldades - além daquelas comuns aos outros compromissos, como o prazo reduzido e o período eleitoral -, este compromisso alcançou produtos relevantes e o resultado de 76% de implementação.

O objetivo do compromisso foi, de forma geral, de implementar ações de acessibilidade nos eixos de capacitação, comunicação e recursos tecnológicos. O percentual de cada marco, bem como suas especificidades e indicadores, podem ser conferidos abaixo no gráfico e na tabela, respectivamente:



Fonte: Relatórios de Status de Execução dos Compromissos.

Legenda:

- Marco 1 – Mapeamento de ferramentas já disponíveis que dão suporte na implementação de acessibilidade pelas organizações
- Marco 2 – Painel Parlamentria para acompanhamento de proposições pertinentes às pessoas com deficiência e os parlamentares mais atuantes
- Marco 3 – Manual de reuniões virtuais acessíveis
- Marco 4 – Mapeamento e repositório de materiais e boas práticas já disponíveis que dão suporte na implementação de acessibilidade pelas organizações
- Marco 5 – Cartilha de boas práticas, produzidas por órgãos e instituições representantes de pessoas com deficiência
- Marco 6 – Plano de capacitações, com participação de pessoas com deficiência ou de organizações que as representem, de servidores e legisladores em temas referentes à acessibilidade
- Marco 7 – Manual de eventos presenciais acessíveis
- Marco 8 – Ação de comunicação em rede social para incentivar a participação de pessoas com deficiência
- Marco 9 – Disseminação das ações
- Marco 10 – Elaboração de um guia de boas práticas para comunicações acessíveis
- Marco 11 – Evento de sensibilização sobre relacionamento entre pessoas com deficiência e órgãos legislativos



Marco 12 – Mapeamento de organizações que oferecem formação e suporte em ações para acessibilidade

Compromisso 12	
“Implementar ações de acessibilidade em três eixos: capacitação, comunicação e recursos tecnológicos, a fim de aprimorar a acessibilidade de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida ao Legislativo, com foco na capacitação de atores e adequação de processos e procedimentos que permitam a ampliação da transparência, da participação social e da incidência política em reuniões, sessões, audiências, seminários, conferências, videoconferências, workshops, cursos, palestras e discursos.”	
Atores Envolvidos	
Governo: • Câmara Municipal de Piracicaba – coordenador do compromisso • Câmara dos Deputados • Senado Federal Sociedade Civil: • Associação de Atendimento a Pessoas com Deficiência de Piracicaba (Avistar) • Parlametria • Fundação Dorina Nowill • Conselho Estadual da Pessoa Com Deficiência • W3C Brasil	
Informações e documentos relacionados ao compromisso	
Marco 1	Documento: Mapeamento de ferramentas já disponíveis que dão suporte na implementação de acessibilidade pelas organizações (pdf)
Marco 5	Documento: Cartilha de Boas Práticas ; Cartilha do IBDD
Marco 7	Documento: Manual de eventos presenciais acessíveis
Marco 8	Site: Ação de comunicação em rede social
Marco 9	Sites: Divulgação do evento ; Divulgação do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência ; Divulgação da Semana da Valorização da Pessoa com Deficiência ; Divulgação da Roda de Leitura
Marco 10	Documento: Guia do Parlamentar
Marco 11	Site: 16ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência
Marco 12	Documento: Empresas que trabalham com acessibilidade (pdf)



IV – Conclusão e Próximos Passos

O 5º Plano de Ação Nacional foi desenvolvido sob a perspectiva de colaboração entre diferentes atores, proporcionando um modelo compartilhado de tomada-de-decisões entre governo e sociedade civil. Essa parceria permitiu a construção de compromissos relevantes, cujos resultados foram apresentados neste Relatório Final de Autoavaliação.

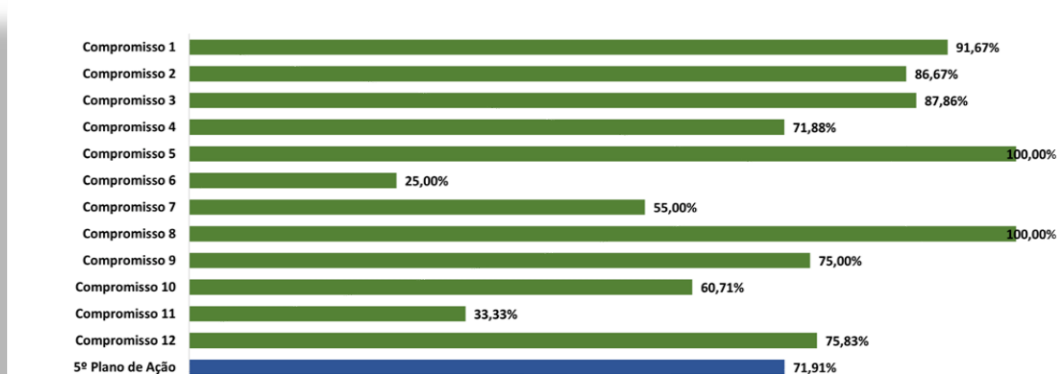
Sobre o papel desempenhado por esses atores, vale destacar a importante atuação do GT da Sociedade Civil no processo de elaboração e monitoramento do Plano. Este grupo se empenhou, em colaboração com a CGU, para incluir melhorias na metodologia do Plano, bem como para executá-las. O acompanhamento de perto dessas entidades, na fase de implementação dos compromissos, também contribuiu para promover o diálogo entre atores da sociedade civil e os governamentais. O monitoramento deste Plano representou o fechamento de um ciclo de apoio, participação, dedicação, que foi empregado por este grupo desde 2018.

O envolvimento e o trabalho cuidadoso dos diversos órgãos executores do governo e da sociedade também foram fundamentais para viabilizar a execução das ações do 5º Plano de Ação Nacional. Em particular, ressalta-se o papel central dos coordenadores de compromisso que, dispondo-se a trabalhar para superar dificuldades, venceram obstáculos internos e externos e garantiram o envolvimento dos atores que integravam os compromissos. Como resultados, são apresentados os seguintes dados:

- 2 dos 12 compromissos foram executados em 100%
- 6 dos 12 compromissos tiveram execução parcial entre 70% e 90%;
- Apenas 4 compromissos obtiveram o percentual abaixo de 70%.



O gráfico a seguir permite a visualização desses resultados:



Fonte: Relatórios de Status de Execução (RSE) dos Compromissos.

De forma geral, este Plano foi marcado por muitos compromissos que tinham como objetivo central devolver atividades para melhorar, disponibilizar e integrar dados abertos. Nesse sentido, foram trabalhadas várias temáticas, tais como: meio ambiente, processo eleitoral, agropecuária, ciência, corrupção, pessoas com deficiência, dívida ativa, direitos humanos, maus-tratos aos animais, imóveis públicos e vigilância sanitária.

Adicionalmente, o 5º Plano se destacou por abordar temáticas de importância para o contexto nacional, tais como nas áreas de direitos humanos, de transparência eleitoral e de acesso à informação no setor de saúde. O trabalho com a temática de direitos humanos é constantemente recomendado pela OGP. Ademais, o trabalho desenvolvido nos temas relacionados à saúde e ao processo eleitoral buscou atender a necessidades urgentes da sociedade, em decorrência das recentes eleições e das questões relacionadas à pandemia da Covid-19, e demonstram como os compromissos do Plano estão conectados com demandas atuais e pertinentes.

É importante enfatizar, ainda, que esta foi a primeira edição do plano que contou com um ente municipal como coordenador de compromisso. O envolvimento de estados e municípios é também, recorrentemente, incentivado pela OGP. Nesse sentido, é evidente o esforço do governo brasileiro em ampliar o escopo das ações abordadas nos Planos de Ação, bem como atender as demandas da sociedade.

Como resultado específico do Plano, podem ser citadas diversas iniciativas, entre várias outras, que foram apresentadas como produtos dos compromissos. Foram realizados eventos de capacitação e seminários; lançamento de observatórios e de



repositórios; melhoria em ferramentas; publicação de normativos; realização de diversas consultas públicas; lançamento de campanhas de sensibilização; prioridades com a participação de entidades da sociedade civil, elaboração de documentos de orientação, realização de acordos de cooperação técnica etc. Ao todo, mais de 7 mil pessoas se envolveram diretamente com essas iniciativas e, certamente, outras milhões poderão se beneficiar com as entregas.

Para alcançar essas conquistas, foi necessário o enfrentamento de várias dificuldades. Em especial, houve as restrições devido à propagação da covid-19, na etapa de elaboração do Plano; as limitações para publicação de materiais, organização de eventos e para envolvimento de participantes à causa do período eleitoral; além do contexto de transição governamental. Adiciona-se a esses fatores o prazo reduzido de implementação do Plano. Essas circunstâncias, certamente, ocasionaram na construção de compromissos com ambição limitada e na necessidade de lidar com dificuldades para a articulação de atores e para execução das ações pactuadas.

Entretanto, o desempenho dos 12 compromissos pode ser considerado positivo. Além dos resultados apresentados, há que se ponderar que a execução alcançada, no 5º Plano, no período de um ano, supera a execução dos Planos anteriores, já que no 3º e no 4º Plano, considerando o mesmo prazo, havia uma implementação de 38% e 45% respectivamente. Também é necessário perceber o processo de continuidade dos Planos, ao longo dos anos, que qualifica gradativamente, plano após plano, as entregas para a sociedade e solidifica a interação entre governo e sociedade pautada nos princípios de governo aberto. Esse avanço no compartilhamento de tomada-de-decisão e na relação de confiança entre governo e sociedade, frequentemente, é difícil de mensurar nos produtos, mas é um elemento percebido pela equipe de monitoramento como um ganho do 5º Plano.

Como próximos passos, é possível sinalizar que o governo brasileiro está trabalhando para construir compromissos mais ambiciosos para o próximo Plano. O Brasil pretende implementar compromissos, no 6º Plano de Ação Nacional, que estejam alinhados às recomendações da Avaliação de Governo Aberto elaborada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As recomendações são uma oportunidade de estabelecer um trabalho estruturado e



integrado e aprimorar e construir políticas estratégicas em áreas dentro e fora do Poder Executivo Federal, bem como em áreas relativas ao contexto estadual, municipal e distrital. É também uma referência para que o Brasil avance em reformas para uma cultura administrativa centrada no cidadão e alinhada com os princípios do governo aberto e com o potencial de tornar o país um destaque internacional.

A Avaliação, lançada em julho de 2022, é fruto de um Acordo de Cooperação Técnica entre a CGU e a OCDE firmado em 2020. O resultado deste trabalho será fundamental para o governo brasileiro disseminar e fortalecer boas práticas de governo aberto e implementar melhoria relativas à temática, que aproximem as iniciativas do Brasil às dos países da OCDE.

Nesse sentido, as conquistas efetuadas pelo o 5º Plano e as perspectivas dos próximos passos marcam o objetivo do governo brasileiro de continuar a avançar na implementação dos princípios de participação social, transparência, *accountability* e tecnologia e inovação, com vistas a estabelecer um novo modelo de interação político-administrativo que coloca o cidadão como prioridade para as políticas públicas.

V – Anexos

Composição do GT da Sociedade Civil

Categorias	Entidades	Representantes
	Observatório do Código Florestal	Ana Paula Valdiones (Titular)
		Roberta Rubim del Giudice (Suplente)
	Transparência Brasil	Mariana Atoji (Titular) ⁷
		Manoel Galdino Pereira Neto (Titular) ⁸

⁷ Exerceu função de representante titular de 09/11/2020 até 19/12/2022.

⁸ Exerceu função de representante titular até 09/11/2020.



Entidades da Sociedade Civil		Juliana Mari Sakai (Suplente)
	Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS)	Ana Eliza Duarte (titular) ⁹
		Paula Oda (Titular) ¹⁰
		Leandro Pires Salvador (suplente) ¹¹
		Caroline Burle dos Santos Guimarães (Suplente) ¹²
	Observatório Social do Brasil - Rio de Janeiro	Tatiana Quintela de Azeredo Bastos (Titular)
		Daniele Chaves Teixeira (Suplente)
Entidade representativa dos empregadores	Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)	José Roberto Tadros (titular) ¹³
		Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante (titular) ¹⁴
		Cristiane de Souza Soares (suplente)
Entidade representativa dos trabalhadores	Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social	Francisco Eduardo Cardoso Alves (Titular)
		Luiz Carlos de Teive e Argolo (Suplente)
Entidade representativa do segmento acadêmico	Laboratório de Inovação em Políticas Públicas (LAB)	Rodrigo Tamussino Roll (Titular)
		Fernanda Scovino Machado (Suplente)

⁹ Exerceu função de representante titular de 09/06/2022 até 19/12/2022.

¹⁰ Exerceu função de representante titular até 08/06/2022.

¹¹ Exerceu função de representante suplente de 04/06/2022 até 19/12/2022.

¹² Exerceu função de representante suplente até 03/06/2022.

¹³ Exerceu função de representante titular de 19/08/2022 até 19/12/2022.

¹⁴ Exerceu função de representante titular até 18/08/2022.

